

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	16
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	88
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	94
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	95

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.488.939	2.477.806
1.01	Ativo Circulante	106.890	150.488
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	41.703	16.916
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.832	4.102
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.832	4.102
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	62.355	129.470
1.01.08.03	Outros	62.355	129.470
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	62.307	129.451
1.01.08.03.03	Outros Créditos	48	19
1.02	Ativo Não Circulante	2.382.049	2.327.318
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	158.307	158.380
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.262	4.262
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.567	16.640
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.567	16.640
1.02.02	Investimentos	2.215.979	2.160.922
1.02.02.01	Participações Societárias	2.215.979	2.160.922
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	17.867	26.689
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.067.536	2.002.698
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	130.576	131.535
1.02.03	Imobilizado	54	56
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54	56
1.02.04	Intangível	7.709	7.960
1.02.04.01	Intangíveis	7.709	7.960
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.709	7.960

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.488.939	2.477.806
2.01	Passivo Circulante	76.995	126.458
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.114	669
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.114	669
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.114	669
2.01.02	Fornecedores	1.995	1.928
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.995	1.928
2.01.03	Obrigações Fiscais	205	1.426
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	195	1.416
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	83	80
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	112	1.336
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10	10
2.01.05	Outras Obrigações	73.681	122.435
2.01.05.02	Outros	73.681	122.435
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	73.472	122.219
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	209	216
2.02	Passivo Não Circulante	6.437	7.890
2.02.04	Provisões	6.437	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.405.507	2.343.458
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	999.375	1.345.927
2.03.04.01	Reserva Legal	138.085	138.085
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	861.290	1.183.472
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	24.370
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	91.576	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-25.760	-20.485

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	29.464	85.343	64.014	-9.363
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.636	-16.743	-7.228	-13.333
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	18
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.453	1.453	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	37.647	100.633	71.242	3.952
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.464	85.343	64.014	-9.363
3.06	Resultado Financeiro	1.080	958	609	1.171
3.06.01	Receitas Financeiras	1.581	1.968	1.159	2.219
3.06.02	Despesas Financeiras	-501	-1.010	-550	-1.048
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.544	86.301	64.623	-8.192
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.544	86.301	64.623	-8.192
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.544	86.301	64.623	-8.192
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,74720	2,11130	1,58090	-0,20040
3.99.01.02	PN	0,82200	2,32240	1,73900	-0,22050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,74720	2,11130	1,58090	-0,20040
3.99.02.02	PN	0,82200	2,32240	1,73900	-0,22050

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	30.544	86.301	64.623	-8.192
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.544	86.301	64.623	-8.192

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/06/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.199	-10.485
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-14.797	-11.524
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	86.301	-8.192
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	988	988
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-100.633	-3.952
6.01.01.05	Despesa com Juros e Variações Monetárias	0	-368
6.01.01.07	Contingências	-1.453	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	598	1.039
6.01.02.02	Outros Ativos	-29	1.965
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	1.270	4.450
6.01.02.04	Fornecedores	67	442
6.01.02.05	Salários e Encargos	445	74
6.01.02.06	Tributos a pagar	-1.221	-4.626
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	73	-1.258
6.01.02.10	Outros Passivos	-7	-8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	111.985	55.671
6.02.04	Dividendos Recebidos	111.985	55.671
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-72.999	-41.241
6.03.01	Partes Relacionadas	0	11.297
6.03.02	Dividendos Pagos	-72.999	-52.538
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.787	3.945
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.916	30.006
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41.703	33.951

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	0	0	-24.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	0	0	-24.370
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.576	-5.275	86.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.301	0	86.301
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	5.275	-5.275	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	5.275	-5.275	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	999.375	91.576	-25.760	2.405.507

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.370	0	0	-6.370
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.370	0	0	-6.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.786	-15.978	-8.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.192	0	-8.192
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15.978	-15.978	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	15.978	-15.978	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	922.763	7.786	174.335	2.122.900

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-556	-1.404
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.009	-1.422
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.453	18
7.03	Valor Adicionado Bruto	-556	-1.404
7.04	Retenções	-988	-988
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-988	-988
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.544	-2.392
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	102.601	6.171
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	100.633	3.952
7.06.02	Receitas Financeiras	1.968	2.219
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	101.057	3.779
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	101.057	3.779
7.08.01	Pessoal	14.500	11.631
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.500	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	222	278
7.08.02.01	Federais	222	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34	62
7.08.03.01	Juros	24	62
7.08.03.02	Aluguéis	10	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	86.301	-8.192
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	86.301	-8.192

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	6.888.398	6.171.127
1.01	Ativo Circulante	5.878.757	5.197.493
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	409.322	449.789
1.01.03	Contas a Receber	1.342.150	1.016.683
1.01.03.01	Clientes	1.218.311	892.317
1.01.03.01.01	Clientes	1.538.247	1.252.251
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-319.936	-359.934
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	123.839	124.366
1.01.04	Estoques	7.805	8.710
1.01.06	Tributos a Recuperar	143.784	53.876
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	143.784	53.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.975.696	3.668.435
1.01.08.03	Outros	3.975.696	3.668.435
1.01.08.03.02	Ativo Indenizatório - concessão	3.087.772	2.890.451
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	7.642	14.212
1.01.08.03.04	Outros Créditos	477.532	313.206
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A	402.750	450.566
1.02	Ativo Não Circulante	1.009.641	973.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	594.730	443.626
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	20.513	8.401
1.02.01.03.01	Clientes	18.031	6.398
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.482	2.003
1.02.01.06	Tributos Diferidos	252.846	130.068
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	252.846	130.068
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.750	4.262
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	179.143	163.417
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	24.590	18.732
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	154.553	144.685
1.02.02	Investimentos	183.605	195.621
1.02.02.01	Participações Societárias	183.605	195.621
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	53.029	64.086
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	130.576	131.535
1.02.03	Imobilizado	211.229	232.350
1.02.04	Intangível	20.077	102.037
1.02.04.01	Intangíveis	20.077	102.037
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.647	84.273
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	16.430	17.764

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	6.888.398	6.171.127
2.01	Passivo Circulante	2.258.668	1.763.222
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	123.185	120.371
2.01.01.01	Obrigações Sociais	123.185	120.371
2.01.02	Fornecedores	684.356	689.343
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	684.356	689.343
2.01.03	Obrigações Fiscais	335.059	169.288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	192.528	65.570
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	146.308	33.374
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	39.870	25.374
2.01.03.01.03	Outros	6.350	6.822
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	142.406	101.718
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	125	2.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	180.659	326.706
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	175.860	322.586
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	175.860	322.586
2.01.04.02	Debêntures	4.799	4.120
2.01.05	Outras Obrigações	760.755	286.661
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.318	15.106
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.318	15.106
2.01.05.02	Outros	750.437	271.555
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	73.472	122.219
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	637.472	113.208
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	39.493	36.128
2.01.06	Provisões	174.654	170.853
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	174.654	170.853
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	174.654	170.853
2.02	Passivo Não Circulante	2.224.223	2.064.447
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	717.428	532.647
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	418.478	233.879
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	418.478	233.879
2.02.01.02	Debêntures	298.950	298.768
2.02.02	Outras Obrigações	219.543	187.580
2.02.02.02	Outros	219.543	187.580
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	217.067	185.105
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	14.236	15.412
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.236	15.412
2.02.04	Provisões	1.273.016	1.328.808
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.197.326	1.258.558
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	26.855	29.392
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	36.891	64.738
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	986.624	1.032.291
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	146.956	132.137
2.02.04.02	Outras Provisões	75.690	70.250
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	75.690	70.250

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.405.507	2.343.458
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	999.375	1.345.927
2.03.04.01	Reserva Legal	138.085	138.085
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	861.290	1.183.472
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	24.370
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	91.576	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-25.760	-20.485

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.648.205	3.462.952	1.364.617	2.665.011
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.544.721	-3.225.848	-1.151.879	-2.399.019
3.03	Resultado Bruto	103.484	237.104	212.738	265.992
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-137.512	-230.060	-129.635	-259.156
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.478	-87.696	-36.404	-74.638
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-88.633	-181.562	-74.220	-154.444
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.486	26.839	-26.555	-45.735
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.085	12.359	7.544	15.661
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-34.028	7.044	83.103	6.836
3.06	Resultado Financeiro	69.006	101.023	-4.547	41.449
3.06.01	Receitas Financeiras	116.906	211.131	55.195	126.224
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.900	-110.108	-59.742	-84.775
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.978	108.067	78.556	48.285
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.434	-21.766	-13.933	-56.477
3.08.01	Corrente	-89.723	-145.719	-12.733	-30.846
3.08.02	Diferido	85.289	123.953	-1.200	-25.631
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.544	86.301	64.623	-8.192
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	30.544	86.301	64.623	-8.192
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	30.544	86.301	64.623	-8.192
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,74720	2,11130	1,58090	-0,20040
3.99.01.02	PN	0,82200	2,32240	1,73900	-0,22050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,74720	2,11130	1,58090	-0,20040
3.99.02.02	PN	0,82200	2,32240	1,73900	-0,22050

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	30.544	86.301	64.623	-8.192
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	30.544	86.301	64.623	-8.192
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	30.544	86.301	64.623	-8.192

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/06/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	103.662	-162.527
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.235	221.254
6.01.01.01	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	108.067	48.285
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	118.169	109.158
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-12.359	-15.661
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	54.254	30.066
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-124.688	-23.750
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.495	98
6.01.01.10	Juros Pagos	-53.022	-31.132
6.01.01.11	Contingências	-10.125	20.815
6.01.01.13	Baixa de Ativos	6	1.401
6.01.01.14	Ganhos ou Perdas com Participações Societárias	-5	-2.914
6.01.01.16	Reversão Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	203	0
6.01.01.17	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-90.854	-31.886
6.01.01.18	Realização de Provisão para Perdas	-7.347	-14.086
6.01.01.19	Despesa Atuarial	52.895	37.431
6.01.01.20	Baixa de Ativo Indenizatório	23.546	93.429
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	32.852	-383.781
6.01.02.02	Contas a Receber	-350.595	16.901
6.01.02.03	Outros Ativos	-164.806	-321.954
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-9.868	-1.537
6.01.02.05	Fornecedores	-4.987	28.089
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	2.814	2.492
6.01.02.07	Tributos a Pagar	144.740	-41.341
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	557.357	14.270
6.01.02.09	Tributos a Recuperar	-95.766	23.886
6.01.02.10	Outras Variações nos Ativos e Passivos	0	-3.052
6.01.02.12	Estoques	905	2.249
6.01.02.13	Passivo Atuarial	-94.758	-103.784
6.01.02.16	Ativos Regulatórios	47.816	0
6.01.03	Outros	-1.425	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-108.632	-102.159
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-138.359	-112.981
6.02.05	Dividendos Recebidos	28.363	14.438
6.02.06	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	0	-3.616
6.02.08	Aumento de Capital	-6.436	0
6.02.09	Redução Capital Investidas	7.800	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-35.497	235.498
6.03.02	Partes Relacionadas	0	11.297
6.03.03	Amortização de Empréstimos	-365.438	-201.894
6.03.04	Ingressos de Empréstimos	402.940	478.633
6.03.05	Dividendos Pagos	-72.999	-52.538
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-40.467	-29.188
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	449.789	664.506
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	409.322	635.318

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	0	0	-24.252	0	-24.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	0	0	-24.370	0	-24.370
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.576	-5.275	86.301	0	86.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.301	0	86.301	0	86.301
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	5.275	-5.275	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	5.275	-5.275	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	999.375	91.576	-25.760	2.405.507	0	2.405.507

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.370	0	0	-6.370	0	-6.370
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.370	0	0	-6.370	0	-6.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.786	-15.978	-8.192	0	-8.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.192	0	-8.192	0	-8.192
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15.978	-15.978	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	15.978	-15.978	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	922.763	7.786	174.335	2.122.900	0	2.122.900

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	5.647.586	3.737.711
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.478.729	3.604.986
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	182.352	132.823
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.495	-98
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.990.827	-2.289.255
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.784.646	-2.046.510
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.669	-124.008
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	7.347	14.086
7.02.04	Outros	-128.859	-132.823
7.02.04.01	Custos refs. à construção de Ativos Permanentes	-182.352	-132.823
7.02.04.02	Perdas com Clientes	53.493	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.656.759	1.448.456
7.04	Retenções	-118.169	-109.158
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-118.169	-109.158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.538.590	1.339.298
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	223.490	141.885
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.359	15.661
7.06.02	Receitas Financeiras	211.131	126.224
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.762.080	1.481.183
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.762.080	1.481.183
7.08.01	Pessoal	321.188	261.831
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.223.130	1.135.793
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	131.461	91.751
7.08.03.01	Juros	109.122	83.789
7.08.03.02	Aluguéis	22.339	7.962
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	86.301	-8.192
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	86.301	-8.192



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro semestre de 2015 chegaram a R\$204,7 milhões ante R\$159,0 milhões em 2014, sendo 28,82% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	30 de junho 2015		30 de junho 2014		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	196.617	96,01	153.916	96,81	27,74%
Geração de Energia Elétrica	8.178	3,99	5.066	3,19	61,43%
Total	204.795	100,00	158.982	100,00	28,82%

2. Mercado Acionário

O Índice Bovespa – IBOVESPA fechou o 2º trimestre de 2015 com valorização de 3,77%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 9,99% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram desvalorização de 5,98% no 2º trimestre de 2015, e no acumulado dos últimos 12 (doze) meses apresenta valorização de 14,84%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2015 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento		Desempenho *
	30 de junho 2015	2º TRI 2015	Variação %
Celesc PN	R\$14,47	-5,98%	14,84%
Celesc ON	R\$36,24	0,00%	0,00%
IBOVESPA	53.080	3,77%	-0,17%
IEE	30.253	9,99%	7,54%

Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

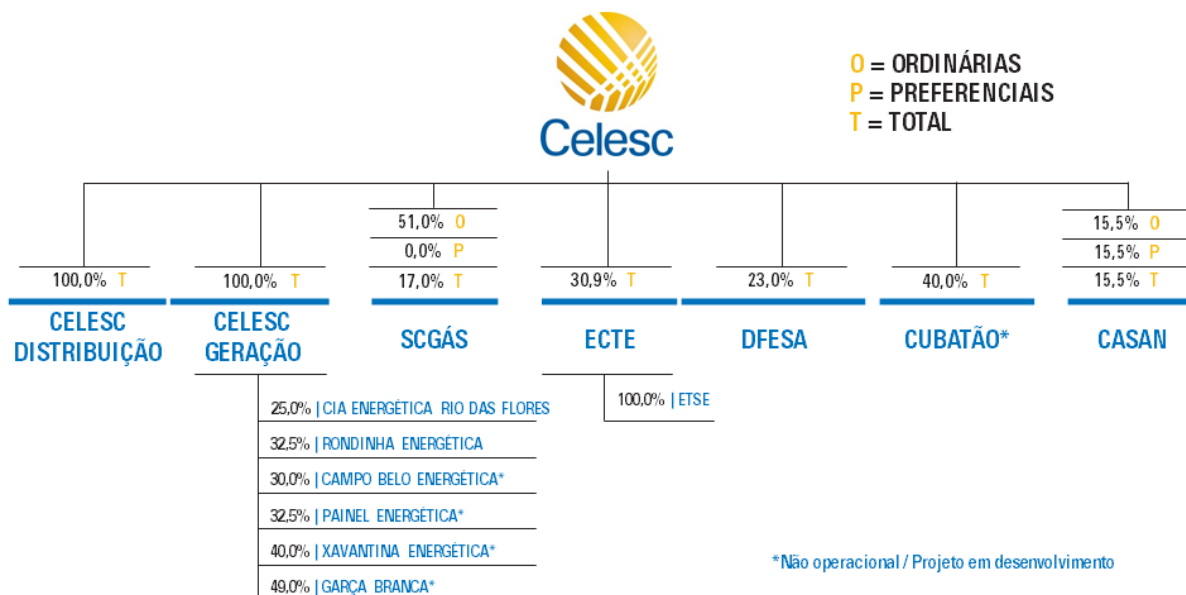
3. Valor de Mercado da Ação

O valor de mercado das ações da Celesc, em 30 de junho de 2015, conforme demonstrado, são: R\$14,47 para cada Ação Preferencial – PN e R\$36,24 para cada Ação Ordinária – ON.

Comentário do Desempenho



Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 30 de junho de 2015 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o segundo trimestre de 2015, com um quadro funcional de 3.303 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 4,03% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.175 empregados), em função de novas admissões ocorridas nos concursos públicos realizados em 2013 e 2014.

5. Desempenho Econômico Financeiro

O lucro líquido do segundo trimestre de 2015 apresentado pela Companhia foi de R\$86,3 milhões, que representa um aumento de 1.153,48%, se comparado ao mesmo período de 2014 (prejuízo líquido de R\$8,2 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de junho de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Comentário do Desempenho

Dados Econômico-Financeiros	30 de junho 2015	30 de junho 2014	AH
Receita Operacional Bruta - ROB	5.661.081	3.737.809	51,45%
Receita Operacional Líquida - ROL	3.462.952	2.665.011	29,94%
Resultado das Atividades	7.044	6.836	3,04%
EBITDA Ajustado	117.083	100.866	16,08%
EBITDA	124.227	114.952	8,07%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	3,38%	3,78%	-0,40 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	3,59%	4,31%	-0,73 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	2,49%	-0,31%	2,80 p.p.
Resultado Financeiro	101.023	41.449	143,73%
Ativo Total	6.888.398	5.800.583	18,75%
Imobilizado	211.229	211.083	0,07%
Patrimônio Líquido	2.405.507	2.122.900	13,31%
Lucro (Prejuízo) Líquido	86.301	(8.192)	1.153,48%

O Grupo encerrou o segundo trimestre de 2015 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$5.661,09 milhões aumento de 51,45% em relação a 2014 num valor de R\$3.737,8 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 29,94%, fechando o segundo trimestre de 2015 em R\$3.463,0 milhões em relação ao mesmo período de 2014 num valor de R\$2.665,0 milhões.

O EBITDA ajustado no segundo trimestre de 2015 atingiu o valor de R\$117,1 milhões e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 3,78% no segundo trimestre de 2014 para 3,38% em 2015.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Lucro/Prejuízo líquido	86.301	(8.192)
IRPJ e CSLL corrente e diferido	21.766	56.477
Resultado financeiro	(101.023)	(41.449)
Depreciação e amortização	117.183	108.116
	124.227	114.952
(-) Efeitos Não Recorrentes		
Provisão Teste Impairment em Controlada	203	-
Reversão Teste Impairment em Controlada	(7.347)	(14.086)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não Recorrentes	117.083	100.866

Comentário do Desempenho



6. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de junho 2015					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
MCAP Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Outros	993.152	6,40	12.928.682	56,10	13.921.834	36,09
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

7. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o segundo trimestre de 2015 representando 15,50% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 5.978.953 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	5.978.953	15,50
Investidores Nacionais	32.592.638	84,50
Total	38.571.591	100

Fonte: DEF/DPRI

8. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.765	24,54
Outros Acionistas	6.297.677	40,56	22.810.146	98,98	29.107.823	75,46
Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,0

Fonte: DEF/DPRI

Comentário do Desempenho



9. Ações em Circulação

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,0
Ações em Circulação	6.297.677	40,56	22.810.146	98,98	29.107.823	75,46

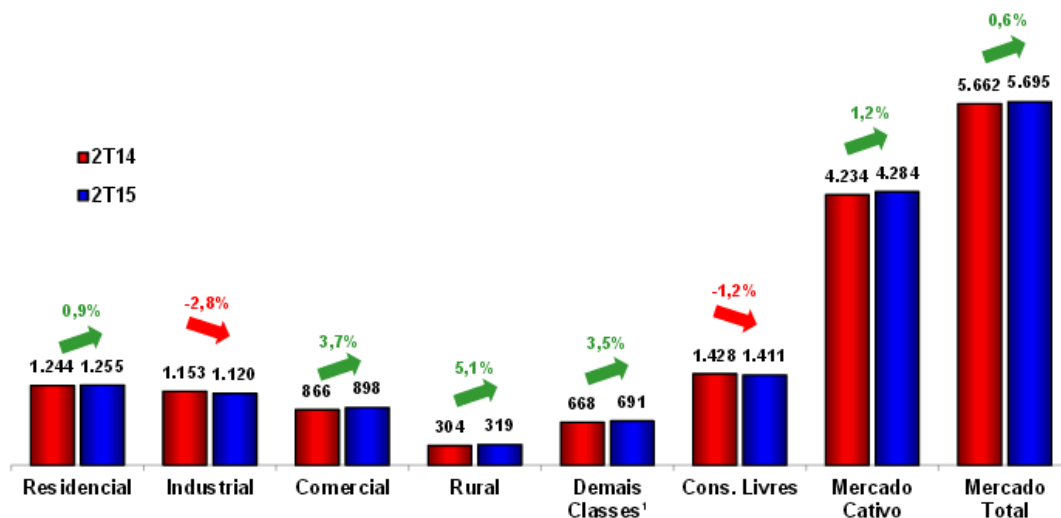
Fonte: DEF/DPRI

10. Balanço Energético

No segundo trimestre de 2015, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, atingiu 4.284 GWh representando aumento de 1,17% em comparação com o mesmo período do ano anterior, que atingiu 4.234 GWh.

Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), o aumento foi de 0,58%, atingindo 5.695 GWh no segundo trimestre de 2015 em comparação a 5.662 GWh no segundo trimestre de 2014.

No gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o crescimento do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho



11. Mercado de Energia Elétrica

Descrição	2015		2014		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum
					2015	2015	2014	2014	15-14	15-14
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	764.231	1.565.602	449.512	1.033.457	31,4%	33,6%	32,4%	35,4%	70,0%	51,5%
Industrial	749.917	1.316.604	424.063	789.986	30,8%	28,2%	30,6%	27,0%	76,8%	66,7%
Comercial	579.229	1.137.270	326.231	701.108	23,8%	24,4%	23,5%	24,0%	77,6%	62,2%
Rural	125.847	245.282	67.542	151.107	5,2%	5,3%	4,9%	5,2%	86,3%	62,3%
Poder Público	64.880	121.172	38.925	73.561	2,7%	2,6%	2,8%	2,5%	66,7%	64,7%
Iluminação Pública	61.458	104.967	30.719	61.218	2,5%	2,3%	2,2%	2,1%	100,1%	71,5%
Serviço Público	43.329	79.291	23.835	47.171	1,8%	1,7%	1,7%	1,6%	81,8%	68,1%
Subtotal	2.388.890	4.570.189	1.360.826	2.857.607	98,2%	98,0%	98,2%	97,8%	75,5%	59,9%
Suprimento	44.662	93.487	24.786	64.639	1,8%	2,0%	1,8%	2,2%	80,2%	44,6%
TOTAL	2.433.553	4.663.676	1.385.612	2.922.246	100%	100%	100%	100%	75,6%	59,6%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.255.450	2.799.125	1.243.654	2.813.403	29,2%	31,0%	29,4%	31,0%	0,9%	-0,5%
Industrial	1.120.308	2.182.173	1.152.839	2.273.337	26,0%	24,1%	27,2%	25,1%	-2,8%	-4,0%
Comercial	898.052	1.931.832	865.633	1.903.016	20,9%	21,4%	20,4%	21,0%	3,7%	1,5%
Rural	319.047	681.532	303.630	691.345	7,4%	7,5%	7,2%	7,6%	5,1%	-1,4%
Poder Público	104.511	213.920	105.429	217.039	2,4%	2,4%	2,5%	2,4%	-0,9%	-1,4%
Iluminação Pública	145.997	289.560	140.309	283.780	3,4%	3,2%	3,3%	3,1%	4,1%	2,0%
Serviço Público	81.319	164.534	77.723	162.121	1,9%	1,8%	1,8%	1,8%	4,6%	1,5%
Subtotal	3.924.685	8.262.675	3.889.217	8.344.041	91,2%	91,4%	91,9%	92,1%	0,9%	-1,0%
Suprimento	378.928	774.328	344.514	718.569	8,8%	8,6%	8,1%	7,9%	10,0%	7,8%
TOTAL	4.303.613	9.037.003	4.233.731	9.062.610	100%	100%	100%	100%	1,7%	-0,3%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	608,73	559,32	361,44	367,33	109,7%	110,6%	112,5%	116,5%	68,4%	52,3%
Industrial	669,38	603,35	367,84	347,50	120,6%	119,3%	114,4%	110,2%	82,0%	73,6%
Comercial	644,98	588,70	376,87	368,42	116,2%	116,4%	117,2%	116,8%	71,1%	59,8%
Rural	394,45	359,90	222,45	218,57	71,1%	71,2%	69,2%	69,3%	77,3%	64,7%
Poder Público	620,79	566,44	369,21	338,93	111,8%	112,0%	114,9%	107,5%	68,1%	67,1%
Iluminação Pública	420,95	362,51	218,94	215,72	75,8%	71,7%	68,1%	68,4%	92,3%	68,0%
Serviço Público	532,83	481,91	306,66	290,96	96,0%	95,3%	95,4%	92,3%	73,8%	65,6%
Subtotal	608,68	553,11	349,90	342,47	109,7%	109,4%	108,9%	108,6%	74,0%	61,5%
Suprimento	117,87	120,73	71,94	89,95	21,2%	23,9%	22,4%	28,5%	63,8%	34,2%
TOTAL	555,09	505,72	321,42	315,32	100%	100%	100%	100%	72,7%	60,4%

Fonte: DCL

12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo

Comentário do Desempenho

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de agosto de 2015.

A Administração



1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 30 de junho de 2015, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Percentual de Participação Integralizado – %		
Descrição	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	100
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100	100

Percentual de Participação – %				
Descrição	30 de junho 2015		31 de dezembro 2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30	-	30
Painel Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25	-	25
Xavantina Energética S.A.	-	40	-	40
Garça Branca Energética S.A.	-	49	-	-
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40	-	40	-

1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição de energia elétrica cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

1.1.1. Das Concessões

a) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D detinha a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica até 7 de julho de 2015 e, enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei Federal nº 12.783 em janeiro de 2013. Em junho de 2012, a Companhia requereu a prorrogação da concessão com base nas disposições do Contrato de Concessão, sendo que, em 18 de setembro de 2012, a partir da já publicada, MP 579/12, reiterou seu pedido para a prorrogação do respectivo contrato de concessão, nas condições estabelecidas por aquele instrumento legal, resguardando seu direito de rever o pedido caso houvesse alteração nas condições estabelecidas na Medida Provisória. Em 15 de outubro de 2012 a Companhia ratificou o pedido de prorrogação.



Até 03 de junho de 2015 havia uma grande expectativa em relação às regras e condições para a prorrogação das concessões de distribuição, considerando a diretriz traçada na Lei 12.783/2013 que possibilitou a prorrogação por mais 30 (trinta) anos.

Na data acima mencionada, foi então publicado o Decreto nº 8.461, disciplinando as condições para a prorrogação da concessão, bem como delegando à ANEEL a instrumentalização do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, bem como as condicionantes afetadas à qualidade do serviço, à sustentabilidade econômica, à modicidade tarifária, e à racionalidade técnica, operacional e econômica.

Ato contínuo, em 10 de junho de 2015, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 038/15 com a finalidade de debater com as distribuidoras e toda a sociedade as condições propostas para a prorrogação, prazo este vencido em 13 de julho de 2015.

A Celesc D, assim como outras distribuidoras e a Associação Brasileira das Distribuidoras – Abradee, apresentou inúmeras contribuições buscando o aprimoramento das regras e o melhor alinhamento para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica à sociedade catarinense com qualidade e sustentabilidade.

Atualmente, aguarda-se o retorno da ANEEL em relação às contribuições à Audiência Pública, bem como o envio do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Celesc D e posterior assinatura.

Outro fato relevante que interfere no trâmite do processo de prorrogação a ser apresentado é a decisão do TCU proferida no processo nº *TC 003.379/2015-9* em 12 de junho de 2015 determinando que *"o MME se abstenha exercer a competência prevista no art. 3º-A, inciso II, da Lei 9.427/1996, para celebrar, diretamente ou por meio de delegação, termos aditivos para a prorrogação dos contratos de distribuição vincendos, com base no Decreto 8.461/2015, até o julgamento do mérito deste processo"*. Apesar de diversas sinalizações dos ministros do TCU de que o processo seria resolvido até o dia 08 de julho de 2015, isso não se confirmou, sendo a nova data de 13 de julho também não cumprida. Em 29 de julho a imprensa nacional noticiou que o relatório dos técnicos do TCU indica a fragilidade da documentação apresentada pelo MME para legitimar as prorrogações de concessão nos moldes propostos, recomendando que estas não se procedam para as empresas que não atendam atualmente os requisitos de qualidade e sustentabilidade. As últimas notícias divulgadas apontam para uma solução em agosto.

b) Celesc Geração S.A.

Com forte atuação no segmento de geração de energia elétrica, ênfase nas áreas de operação e manutenção de usinas e comercialização de energia elétrica, a controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica em 30 de junho de 2015:

Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	24,60	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho (ii)	Schroeder/SC	15,00	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia (iii)	Angelina/SC	8,92	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	8,40	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu (ii)	Blumenau/SC	6,28	07/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho (v)	Faxinal do Guedes/SC	5,40	17/03/2035
Pery – Rio Canoas (vi)	Curitibanos/SC	30,00	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras (iv)	Lages/SC	3,83	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz (vii)	Campos Novos/SC	2,60	(i)
Piraf – Rio Piraf (viii)	Joinville/SC	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		106,75	

(i) Centrais Geradoras Hidrelétricas que não possuem prazo determinado de concessão.

(ii) Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs afetadas pela referida MP naquela oportunidade.

A Administração da Companhia analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação da prorrogação da concessão destas usinas. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração da Companhia acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões das usinas da Celesc G, afetadas pela MP nº 579/12 no ano de 2012.

(iii) A Portaria MME nº 255 de 11 de junho 2015, define como responsável a Celesc G, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Garcia, com vistas a garantir a continuidade do serviço, tendo início dia 08 de julho 2015 até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

(iv) Em junho de 2013, foi encaminhado à ANEEL requerimento para o conhecimento das regras e tarifas aplicáveis à usina PCH Caveiras, nos termos da MP 579/12 (Lei nº 12.783/13). Em 10 de março de 2015 a ANEEL aceitou o pedido da Celesc G para conhecimento das condições para a prorrogação da concessão da usina no Regime de Cotas.

Atualmente a Celesc G encontra-se desenvolvendo o processo de análise de viabilidade técnica e econômica para adesão ao regime de cotas, bem como o retorno da ANEEL com o envio do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para deliberação de Diretoria e Conselho de Administração.

(v) Após a conversão da MP 579/12 na Lei nº 12.783/13, identificou-se uma possível interpretação legal para as usinas que seriam afetadas pelo regime de cotas, mas que ainda

não tivessem alcançado 60 meses para o término do prazo de concessão, na qual seria possível a prorrogação por até 20 anos o prazo de concessão, caso fosse aprovado o projeto de ampliação das usinas nesta condição.

A partir disso, evoluiu-se com interlocuções junto à ANEEL, que culminaram com a emissão do Parecer 0353/2013/PGE-ANEEUPGF/AGU, Nota Técnica nº 53/2015-SCG/ANEEL e por fim, em 17 de março de 2015, a Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL, que autorizou a ampliação para 12.815,92 kW a potência instalada da PCH Celso Ramos e a prorrogação da concessão por um prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão. A ANEEL em 07 de abril de 2015 encaminhou o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do bem público nº 006/2013 que foi firmado com a ANEEL.

Atualmente já está em curso a contratação das obras de ampliação da usina.

(vi) Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP 579/12, a Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial através de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

(vii) Após requerimento instruído pela Celesc G, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.362, de 21 de julho de 2015, extinguiu a partir de 07 de julho de 2015, a concessão da PCH Ivo Silveira, localizada no município de Campos Novos/SC, com capacidade instalada de 2,6 MW.

Conforme Lei nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015, após o vencimento do prazo da concessão de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 3 MW, as usinas estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, não possuindo prazo determinado de concessão. Atualmente encontra-se em trâmite o registro da usina junto a ANEEL.

(viii) Após requerimento instruído pela Celesc G, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.363, de 21 de julho de 2015, extinguiu a partir de 07 de julho de 2015, a

concessão da Usina Hidrelétrica Piraí, localizada no município de Joinville/SC, com capacidade instalada de 780 kW, passando esta usina a não mais possuir Contrato de Concessão, diante do disposto no art. 7º da lei nº 12.783/13, uma vez que esta, findado seu prazo de concessão, deverá passar ao regime de registro, não possuindo prazo determinado de concessão. Atualmente encontra-se em trâmite o registro da usina junto a ANEEL.

A Celesc G possui ainda 8 (oito) empreendimentos (PCHs) construídos em parceria com investidores privados.

Central Geradora (em operação)	Localidade	Potência Instalada (MW)	Percentual de Participação %
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,6	32,5
PCH Belmonte (Rio das Flores)	Belmonte/SC	3,6	25,0
PCH Bandeirante (Rio das Flores)	Bandeirante/SC	3,0	25,0
PCH Prata (Rio das Flores)	Bandeirante/SC	3,0	25,0

Central Geradora (em construção)	Localidade	Potência Instalada (MW)	Percentual de Participação %
PCH Xavantina (ix)	Xanxerê/SC	6,1	40,0
PCH Garça Branca (x)	Anchieta/SC	6,5	49,0

Central Geradora (prospecção/projeto)	Localidade	Potência Instalada (MW)	Percentual de Participação %
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,0	30,0
PCH Pánel	São Joaquim/SC	9,2	32,5

(ix) Em 9 de julho de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.231, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Xavantina, com capacidade instalada de 3.037,5 kW cada uma, para início da operação em teste a partir de 10 de julho de 2015.

(x) Em 24 de março de 2015, a Celesc G assinou contrato de cessão de participação societária com a Casaforte Energia S.A., adquirindo 49% do investimento da Garça Branca Energética S.A.

A PCH Garça Branca é uma SPE, de capital fechado a qual iniciou suas atividades em 15 de outubro de 2008 e seu prazo de duração é indeterminado, tendo como objeto específico exclusivo a implantação, operação, manutenção, geração e comercialização de energia elétrica. Está instalada nos municípios de Anchieta e Guaraciaba em Santa Catarina, possuindo capacidade instalada de 6,5MW.

c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Além da Celesc, são seus acionistas: a Gaspetro, subsidiária da Petrobras responsável pela participação em empreendimentos relacionados à área de gás, a Mitsui Gás e Energia do Brasil, Empresa privada incorporada ao Grupo Mitsui em abril de 2006 com a aquisição da Gaspart/Gás Participações; e a Infragás – Infraestrutura de Gás para a



Região Sul, Empresa constituída em 13 de dezembro de 1990, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural na região Sul.

O contrato de concessão para exploração desses serviços foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 anos, contados dessa data.

d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000 – ANEEL, datado de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, a ANEEL, outorgou à ECTE a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 525 kV, com 252,5 km de extensão, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da Companhia.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

e) Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. O contrato de concessão da DFESA datado de 28 de agosto de 1998 e tem prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

f) Legislações Aplicáveis as Concessões

i) Resolução Homologatória nº 1.574 de 30 de Julho de 2013 – Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.



Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na Rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

ii) Decreto nº 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

I - bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 MWh;

II - bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de R\$372,73 MWh; e

III - bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de R\$372,73 MWh.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro a junho de 2015 a bandeira tarifária vermelha.

iii) Resolução Homologatória nº 1.858 de 27 de Fevereiro de 2015 – Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:

Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

(i) Informações não revisadas

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no último mês de janeiro; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 07 de agosto de 2015.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança.

A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.

3.1 Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB*, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida.

Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, embora entidades que reportam em *IFRS* podem optar por aplicá-la antecipadamente, e substitui a *IAS 11* - "Contratos de Construção", *IAS 18* - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do *IFRS 9* foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O *IFRS 9* mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo

amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS 9* abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias.



Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS.

Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado						
30 de junho de 2015						
	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos
Contas a Receber		1.298.135	28.126	17.289	10.553	6.078
Caixa e Equivalente de Caixa		409.322	-	-	-	-
Subsídio Decreto nº 7.891/13		372.848	-	-	-	-
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	14,2% a.a.(i)	33.749	67.872	317.480	-	-
Total Ativo		2.114.054	95.998	334.769	10.553	6.078
Empréstimo Bancário	110% e 121,5% CDI	6.404	10.028	112.252	347.409	-
Eletrobras	5% a.a.	4.035	7.821	32.231	73.520	5.473
Finame	2,5% a 8,7% a.a.	505	851	3.856	23.820	8.834
Debêntures	CDI + 1% a.m.	-	-	5.140	419.547	-
Fornecedores		430.901	253.455	-	-	-
Total Passivo		441.845	72.154	153.479	864.295	14.308

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás, sendo que, para a distribuição de energia elétrica, que está passando pelo processo de prorrogação da concessão neste momento, há a expectativa de que seja prorrogada pelo poder concedente. Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, ratificando a solicitação em 15 de outubro de 2012. Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 8.461/2015, bem como a partir da abertura da Audiência Pública ANEEL nº 038/2015, materializou-se o processo concreto de prorrogação da concessão, para o qual a Celesc D vem desenvolvendo todas as ações necessárias para a viabilização da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato, com a finalidade de prorrogar a concessão por mais 30 anos.

Destaca-se, outrossim, que nos primeiros 5 anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão. Dessa forma a Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

Para o contrato de concessão nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.



Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado 30 de junho 2015		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)			14,02%	17,53%	21,03%
	Aplicações Financeiras	323.949	45.418	56.772	68.126
	Empréstimos	(446.395)	(62.585)	(78.231)	(93.877)
	Debêntures	(303.749)	(42.586)	(53.232)	(63.878)
SELIC (%)			14,20%	17,75%	21,29%
	Ativo Financeiro – Parcela A - CVA	402.750	57.176	71.470	85.764
IGPM² (%)			5,58%	6,98%	8,37%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço	2.984.181	166.517	208.296	249.776

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M15 com vencimento em 03/11/2015 – (fechamento 17/07/2015)

² IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado



Descrição	30 de junho 2015	Consolidado
		31 de dezembro 2014
Total dos Empréstimos	594.338	556.465
Debêntures	303.749	302.888
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(409.322)	(449.789)
Dívida Líquida	488.765	409.564
Total do Patrimônio Líquido	2.405.507	2.343.458
Total do Capital	2.894.272	2.753.022
Índice de Alavancagem Financeira (%)	16,89%	14,88%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2015. A companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
	Nível 3	Nível 3
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	137.261	137.261
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	3.087.772	2.890.451
Outros	217	217
Total do Ativo	3.225.250	3.027.929



Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de junho de 2015.

Descrição	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
					Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	409.322	-	-	409.322
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	3.087.772	-	3.087.772
Contas a Receber de Clientes	-	1.816.245	-	-	1.816.245
CCEAR-D (NE 10)	-	372.848	-	-	372.848
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	-	402.750	-	-	402.750
Outros	-	-	217	-	217
	137.261	3.001.165	3.087.989	-	6.226.415
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	684.356	684.356
Empréstimos	-	-	-	594.338	594.338
Debêntures	-	-	-	303.749	303.749
	-	-	-	1.582.443	1.582.443

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2014.

Descrição	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
					Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	449.789	-	-	449.789
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.890.451	-	2.890.451
Contas a Receber de Clientes	-	1.519.143	-	-	1.519.143
CCEAR-D (NE 10)	-	240.635	-	-	240.635
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	-	450.566	-	-	450.566
Outros	-	-	217	-	217
	137.261	2.660.133	2.890.668	-	5.688.062
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	689.343	689.343
Empréstimos	-	-	-	556.465	556.465
Debêntures	-	-	-	302.888	302.888
	-	-	-	1.548.696	1.548.696



6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.059.262	791.683
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	244.137	174.624
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior há 90 dias	512.846	552.836
	1.816.245	1.519.143

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Recursos em Banco e em Caixa	55	167	85.373	54.734
Aplicações Financeiras	41.648	16.749	323.949	395.055
	41.703	16.916	409.322	449.789

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.



Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2014, após nova avaliação, foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 31 de dezembro de 2014 o investimento foi avaliado pelo método do fluxo de caixa descontado utilizando taxa de desconto 14,76%.

9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Consumidores					
Residencial	289.799	111.704	53.646	455.149	358.619
Industrial	344.632	58.417	316.665	719.714	639.863
Comércio, Serviços e Outros	205.778	40.233	67.239	313.250	264.764
Rural	48.498	10.034	7.470	66.002	53.230
Poder Público	28.615	6.443	33.347	68.405	66.111
Iluminação Pública	27.387	261	16.316	43.964	34.398
Serviço Público	19.867	119	1.180	21.166	15.730
	964.576	227.211	495.863	1.687.650	1.432.715
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	78.334	4.426	6.958	89.718	54.287
Transações no Âmbito da CCEE	15.248	-	-	15.248	13.190
Outros Créditos	1.104	12.500	10.025	23.629	18.951
	94.686	16.926	16.983	128.595	86.428
	1.059.262	244.137	512.846	1.816.245	1.519.143
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(456.064)	(496.062)
				1.360.181	1.023.081
Circulante				1.342.150	1.016.683
Não Circulante				18.031	6.398

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Consumidores		
Residencial	53.637	49.799
Industrial	146.695	191.062
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	62.363	61.337
Rural	4.514	4.612
Poder Público	31.854	32.528
Iluminação Pública	15.250	15.022
Serviço Público	1.040	991
Concessionárias e Permissionárias	1.105	1.105
Outros	3.478	3.478
	456.064	496.062
Circulante	319.936	359.934
Não Circulante	136.128	136.128

b.1) Movimentação



	Consolidado
Descrição	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2014	496.062
Provisão Constituída no Período	13.495
Baixas de Contas a Receber	(53.493)
Saldo em 30 de junho de 2015	456.064

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

10. Outros Ativos Circulantes



	Consolidado	
Outros Créditos a Receber	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Dividendos	7.642	14.212
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013 – CCEAR-D	372.848	240.635
Pessoal a disposição	11.521	6.060
Adiantamento Proinfa	11.103	11.103
Adiantamentos Diversos	1.786	(445)
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	38.506	23.179
Compartilhamento de Infraestrutura	506	9.433
Conta Bandeiras	922	-
Programa Baixa Renda	12.252	9.917
Ativo Financeiro - Parcela A - CVA (Nota 11)	402.750	450.566
Ativo Indenizatório (Nota 12)	3.087.772	2.890.451
Outras contas	28.088	13.324
	3.975.696	3.668.435

11. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

	Consolidado				
Descrição	31 de dezembro 2014	Adição	Baixa	Atualização	Amortização
Parcela A					
Conta de Desenv. Energético - CDE	19.179	93.349	(6.580)	1.745	(6.516)
Energia Comprada p/ Revenda	583.421	586.069	(285.599)	35.995	(363.508)
Uso da Rede Básica	33.602	22.164	(25.663)	2.424	(4.035)
Transporte de Energia de Itaipu	606	1.584	(466)	(4)	(20)
CVA Anos Anteriores	1.688	12.110	-	66	(1.357)
Proinfa	5.509	(2.030)	(918)	121	(3.673)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(165.226)	(256.690)	36.125	(6.433)	87.992
Saldo da Parcela A - CVA	478.779	456.556	(283.101)	33.914	(291.117)
Itens Financeiros					
Ativo Reg. - Outros Itens Financeiros	-	24.683	-	-	-
Passivos Reg. - Neutralidade Encargos Setoriais	(28.213)	(12.933)	-	-	24.182
Saldo Itens Financeiros	(28.213)	11.750	-	-	24.182
Ativo Financeiro – Total Líquido	450.566	468.306	(283.101)	33.914	(266.935)



Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	45.112	192.054
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	349.919	286.725
Total da Parcela A – CVA	395.031	478.779

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 10 de Dezembro de 2014, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Celesc D, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 732, de 09 de Dezembro de 2014 que aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

12. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Em Serviço	2.984.181	2.676.623
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	2.984.181	2.676.623
Em Curso	103.591	213.828
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	103.591	213.828
Total	3.087.772	2.890.451
Circulante	3.087.772	2.890.451
Não Circulante	-	-



Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (*IFRIC12*), que trata de contratos de concessões.

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
Em 31 de dezembro de 2014	2.890.451
(+) Novas Aplicações	130.013
(-) Resgate	(23.546)
(+) Ajuste VNR	90.854
Em 30 de junho de 2015	3.087.772

(i) A Companhia reconheceu no período de seis meses, findos em junho de 2015, o montante de R\$90.854, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR, atualizado pelo IGP-M.

13. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
ICMS ⁴	-	-	38.151	41.763
PIS e COFINS ⁵	-	-	406	399
IRPJ e CSLL ⁶	2.525	4.001	125.990	27.562
Outros	307	101	3.827	2.884
Total	2.832	4.102	168.374	72.608
Circulante	2.832	4.102	143.784	53.876
Não Circulante	-	-	24.590	18.732

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



14. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2014	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	4.262
Em 30 de junho de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	4.262
Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 30 de junho de 2014	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.	479
	479

Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado
					Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2014					
Governo do Estado de SC					
ICMS	101.718	41.763	-	-	-
Contas a Receber	-	-	7.232	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
Celos	-	-	-	-	15.106
	101.718	41.763	7.232	4.262	15.106
Em 30 de junho de 2015					
Governo do Estado de SC					
ICMS	141.913	38.151	-	-	-
Contas a Receber	-	-	7.547	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
Celos	-	-	-	-	10.318
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
	141.913	38.151	7.547	4.750	10.318



			Consolidado
Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 30 de junho de 2014			
Governo do Estado de SC			
ICMS	679.682	-	-
Receita de Vendas	-	24.508	-
SC Parcerias S.A.	-	-	479
	679.682	24.508	479
Em 30 de junho de 2015			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.038.248	-	-
Receita de Vendas	-	36.960	-
	1.038.248	36.960	

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30de junho 2015	30de junho 2014	30de junho 2015	30de junho 2014
Administradores				
Honorários	3.351	2.259	3.351	2.259
Encargos Sociais	573	671	573	671
Outros	45	63	45	63
	3.969	2.993	3.969	2.993

15. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30de junho 2015	31de dezembro 2014	30de junho 2015	31de dezembro 2014
Controladas				
Celesc D	1.690.136	1.651.364	-	-
Celesc G	377.400	351.334	-	-
	2.067.536	2.002.698	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	80.774	84.717	80.774	84.717
ECTE	49.802	46.818	49.802	46.818
	130.576	131.535	130.576	131.535
Coligadas				
DFESA	17.867	26.689	17.867	26.689
SPEs ⁷	-	-	35.162	37.397
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	17.867	26.689	53.029	64.086
	2.215.979	2.160.922	183.605	195.621

a) Informações sobre Investimentos

						Controladora
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Período
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2014						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.651.364	5.570.591	383.618
Celesc G	43.209	100%	100%	351.334	436.788	101.600
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	151.586	422.242	72.525
SCGÁS	45.476	17%	51%	248.259	400.699	40.742
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	115.887	320.897	43.756
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(2)
Em 30 de junho de 2015						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.690.136	6.220.636	56.994
Celesc G	43.209	100%	100%	377.400	417.692	30.892
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	161.249	447.265	21.841
SCGÁS	45.476	17%	51%	226.854	395.523	10.337
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	77.580	271.080	18.427
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(48)

⁷ Sociedade de Propósito Específico.



Descrição	Consolidado				
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos
		Capital Social	Capital Votante		
Em 31 de dezembro de 2014					
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	151.586	422.242
SCGÁS	45.476	17%	51%	248.259	400.699
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	115.887	320.897
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,5%	32,5%	60.513	86.598
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.498	5.498
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.033	6.446
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.455	25%	25%	31.466	49.132
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	15.592	26.690
Em 30 de junho de 2015					
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	161.249	447.265
SCGÁS	45.476	17%	51%	226.854	395.523
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	77.580	271.080
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	33.992	61.646
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.536	5.536
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.063	6.475
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	32.575	48.679
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	15.592	38.380
Garça Branca Energética S.A.	4.358	49%	49%	8.772	8.991

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2014	1.651.364	351.334	46.817	84.718	26.689	2.160.922
Dividendos e JCP Creditados	(18.222)	(4.826)	(3.761)	(4.966)	(13.066)	(44.841)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(735)	-	(735)
Resultado de Equivalência Patrimonial	56.994	30.892	6.746	1.757	4.244	100.633
Em 30 de junho 2015	1.690.136	377.400	49.802	80.774	17.867	2.215.979

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2014	46.817	84.718	26.689	37.397	195.621
Integralizações	-	-	-	6.436	6.436
Dividendos Creditados	(3.761)	(4.966)	(13.066)	-	(21.793)
Amortização Ágio – Concessão	-	(368)	-	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.746	1.757	4.244	(388)	12.359
Redução de Capital Social	-	-	-	(8.288)	(8.288)
Outros Ajustes	-	-	-	5	5
Em 30 de junho de 2015	49.802	80.774	17.867	35.162	183.605



O ágio gerado na aquisição da SCGÁS é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida Empresa.

16. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Consolidado							
Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.055	712	161.302	232.350
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.081	65.343	1.711	161.302	446.497
Provisão para Perdas	(12.212)	(42.202)	(871)	(7.394)	(31)	-	(62.710)
Depreciação Acumulada	-	(95.447)	(10.128)	(44.894)	(968)	-	(151.437)
Em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.055	712	161.302	232.350
Adições	-	-	-	-	-	1.422	1.422
Baixas	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Depreciação	(2.520)	(17.022)	(1.446)	(8.524)	(169)	-	(29.681)
(+/-) Transferências	-	383	-	322	(194)	(511)	-
Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	(203)	-	-	(203)
Realização de Provisão para Perdas	164	1.567	743	4.771	102	-	7.347
Em 30 de junho de 2015	5.468	32.303	1.379	9.421	451	162.207	211.229
Custo do Imobilizado	20.036	185.407	13.081	65.665	1.518	162.207	447.914
Provisão para Perdas (i)	(12.048)	(40.635)	(128)	(2.825)	70	-	(55.566)
Depreciação Acumulada	(2.520)	(112.469)	(11.574)	(53.419)	(1.137)	-	(181.119)
Em 30 de junho de 2015	5.468	32.303	1.379	9.421	451	162.207	211.229
	64%	24%	41%	34%	31%	0%	

(i) A provisão para perdas registrada no montante de R\$55.566 em 30 de junho de 2015 é resultado principalmente da não renovação das concessões do parque gerador da Celesc G (Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto) conforme decisão em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2012, mencionada na Nota Explicativa 1.1.

17. Intangível

Controladora			
Descrição	31 de dezembro 2014	Amortizações	30 de junho 2015
Ágio Aquisição ECTE	7.960	(251)	7.709



Consolidado						
Descrição	Contratos de Concessão (a)	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b)	Itens em Andamento	Total
	Celesc D			Celesc G		
Em 31 de dezembro de 2014	84.273	1.632	7.960	4.647	3.525	102.037
Custo Total	976.820	2.720	14.248	6.279	3.525	1.003.592
Amortização Acumulada	(892.547)	(1.088)	(6.288)	(1.632)	-	(901.555)
Em 31 de dezembro de 2014	84.273	1.632	7.960	4.647	3.525	102.037
Adições	5.473	-	-	-	320	5.793
Amortizações	(86.099)	(272)	(251)	(1.131)	-	(87.753)
Em 30 de junho de 2015	3.647	1.360	7.709	3.516	3.845	20.077
Custo Total	982.293	2.720	14.248	6.279	3.845	1.009.385
Amortização Acumulada	(978.646)	(1.360)	(6.539)	(2.763)	-	(989.308)
Em 30 de junho de 2015	3.647	1.360	7.709	3.516	3.845	20.077
Taxa Média de Amortização %	68%	10%	0,9%	18%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito. A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobrás.



O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Em 30 de dezembro de 2014 foi emitido o Primeiro Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 006/13, que alterou o regime de Exploração de Serviço Público de Energia para Produtor Independente de Energia Elétrica das UHE Caveiras e Palmeiras, passando a serem reguladas por tal contrato.

A contrapartida do total dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$182,4 até junho de 2015. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração, de 6,44%.

Centrais Geradoras	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
PCH Garcia	24,0	07/07/2015
PCH Ivo Silveira	6,4	07/07/2015
PCH Cedros	22,8	07/11/2016
PCH Salto	17,7	07/11/2016
PCH Bracinho	27,0	07/11/2016
UHE Palmeiras	35,7	07/11/2016
PCH Pery	55,7	09/07/2017
UHE Caveiras	5,9	10/07/2018
PCH Celso Ramos	12,8	17/03/2035

18. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	30 de	31 de	30 de	31 de	30 de	31 de
	junho	dezembro	junho	dezembro	junho	dezembro
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	121.970	124.917	-	-	121.970	124.917
Provisão para Perdas em Ativos	67.922	70.381	-	-	67.922	70.381
Benefício Pós-Emprego	221.957	239.968	-	-	221.957	239.968
Custo Atribuído	-	-	34.876	37.593	(34.876)	(37.593)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	28.934	-	-	-	28.934
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	-	70.880	-	(70.880)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	-	87.334	-	(87.334)
Parcela A - CVA	5.768	9.593	142.703	162.785	(136.935)	(153.192)
Outras Provisões	-	-	1.428	545	(1.428)	(545)
	417.617	473.793	179.007	359.137	238.610	114.656

Descrição	Consolidado	
	30 de	31 de
	junho	dezembro
	2015	2014
Ativo	252.846	130.068
Passivo	(14.236)	(15.412)
Tributo Diferido Líquido	238.610	114.656

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2015 são:



Ano	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
2015	26.742	82.918
2016	40.261	40.261
2017	40.261	40.261
2018	48.522	48.522
Acima de 2018	261.831	261.831
Total	417.617	473.793

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2015	30 de junho 2014	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	86.301	(8.192)	108.067	48.285
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(29.342)	2.785	(36.743)	(16.417)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	34.215	1.344	4.334	5.325
Benefício Fiscal	-	-	2.304	174
Incentivo Fiscal	-	-	(32)	109
Juro sobre Capital Próprio	(412)	-	(412)	-
Provisões Indedutíveis	159	(320)	43	(1.035)
Multas Indedutíveis	-	-	(2.326)	2.678
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	(4.864)	(3.665)	(4.864)	(15.350)
Participação dos Administradores	(90)	(146)	(90)	(146)
Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	(33.971)
Outras Adições (Exclusões)	334	2	16.020	2.156
	-	-	(21.766)	(56.477)
Corrente	-	-	(145.719)	(30.846)
Diferido	-	-	123.953	(25.631)
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	-20,14%	-116,97%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei Federal nº



12.973, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Administração, concluiu a análise dos potenciais efeitos que poderiam advir da aplicação dessa Lei e concluiu que a sua adoção antecipada não teria impactos relevantes em suas Demonstrações Financeiras, decidindo pela adoção antecipada, da referida Lei, dentro dos prazos previstos para a opção, na Celesc.

A Administração, no entanto, não efetuou a adoção antecipada para a Celesc D e Celesc G, tendo a obrigatoriedade de adoção a partir de 01 de janeiro de 2015.

A Celesc D e Celesc G vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

19. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Energia Elétrica	524.948	561.962
Encargos de Uso da Rede Elétrica	37.774	37.959
Materiais e Serviços	49.826	80.651
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	71.808	8.771
	684.356	689.343

20. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	446.395	375.932
Empréstimos Bancários (b)	7,55 a.a.	-	9.950
Eletrobras (c)	5,00 a.a.	112.830	135.861
Finame (d)	2,5 a 8,7 a.a.	35.113	34.722
Total		594.338	556.465
Circulante		175.860	322.586
Não Circulante		418.478	233.879



a) Empréstimos Bancários

Em 11 de março de 2014, o Conselho de Administração autorizou captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$90 milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300 milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI.

Em 27 de abril de 2015, foi repactuado junto a Caixa Econômica Federal - CEF, o empréstimo para capital de giro, com prazo de pagamento alongado para 38 meses, carência de 8 (oito) meses e amortização mensal após carência. O referido empréstimo é garantido por recebíveis (duplicatas).

Em 23 de janeiro de 2015, a Celesc D captou recursos no valor de R\$100 milhões junto ao Banco do Brasil para Capital de Giro. O pagamento será em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, vencível a primeira em 07 de fevereiro de 2016 com liquidação em 07 de janeiro de 2018, com encargos financeiros de 110% da taxa média CDI, sendo calculados por dias úteis (ano de 252 dias úteis).

b) Empréstimos Bancários

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 milhões a taxa de 7,55% a.a.. Este contrato foi liquidado no primeiro trimestre de 2015.

c) Eletrobras

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%, oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

d) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e poderão ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões, e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.



20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Ano 2016	100.865	153.215
Ano 2017	201.292	30.924
Ano 2018	85.417	20.883
Ano 2019	14.984	14.617
Ano 2020	6.908	6.541
Ano 2021 +	9.012	7.699
	418.478	233.879

20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2014	322.586	233.879	556.465
Ingressos	-	402.940	402.940
Encargos Provisionados	34.366	-	34.366
Transferências	218.341	(218.341)	-
Amortizações de Principal	(365.438)	-	(365.438)
Pagamentos de Encargos	(33.995)	-	(33.995)
Em 30 de junho de 2015	175.860	418.478	594.338

21. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.



Ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2.

	Consolidado
Descrição	
Em 31 de dezembro de 2014	302.888
Atualização Monetária	19.706
Pagamentos	(19.027)
Custos na Emissão de Debêntures	182
Em 30 de junho de 2015	303.749
Circulante	4.799
Não Circulante	298.950

22. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
ICMS	-	-	141.913	101.718
PIS e COFINS	112	1.336	39.870	25.374
IRPJ e CSLL	-	-	146.308	33.374
Outros	93	90	6.968	8.822
Circulante	205	1.426	335.059	169.288

23. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Programa de Eficiência Energética – PEE	159.846	152.825
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	69.400	65.565
Encargo Conta Bandeira Tarifária (i)	37.239	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	65.368	65.164
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	516.731	8.854
Reserva Global de Reversão – RGR	73	73
Uso do Bem Público	3.545	4.657
Outros	2.337	1.175
	854.539	298.313
Circulante	637.472	113.208
Não Circulante	217.067	185.105



(i) A ANEEL, por meio do Ofício Circular/SFF nº 1857 de 07 de abril de 2015, orientou as Distribuidoras de Energia a reconhecer as Receitas com Bandeiras referente ao fornecimento não faturado em Deduções da Receita Bruta em contrapartida de outros encargos (passivo). E simultaneamente reconhecer o mesmo valor em Contas a Receber (Ativo) em contrapartida a Receita Bruta.

(ii) Os valores mensais, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras a Celesc D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa.

A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

24. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	809	717	-	-
Cíveis	5.422	5.587	-	-
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	6.627
	16.567	16.640	6.437	7.890

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	26.855	29.392
Trabalhistas	47.607	43.254	36.891	64.738
Cíveis	55.204	49.689	146.956	132.137
Regulatórias	47.960	47.960	51.518	46.078
Ambientais	-	-	24.172	24.172
	154.553	144.685	286.392	296.517

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2014	16.640	7.890	144.685	296.517
Adições	113	-	31.841	35.464
Baixas	(186)	(1.453)	(21.973)	(45.589)
Em 30 de junho de 2015	16.567	6.437	154.553	286.392

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

c) Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.



d) Contingências Regulatórias

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Contingências Ambientais

Em junho de 2014 a Celesc D, após a publicação da sentença do processo cível Natureza Ambiental nº 5001151-41.2013.404.7200, de autoria do Ministério Público Federal, provisionou o valor de R\$20.177, em complemento ao valor de R\$1.314.

f) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Consolidado	
Descrição	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Tributárias (i)	2.253	2.383
Trabalhistas (ii)	8.308	5.443
Cíveis (iii)	43.399	38.210
Regulatórias (iv)	22.173	14.877
Ambientais (v)	16.228	16.218
	92.361	77.131

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.



iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

25. Passivo Atuarial

	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Obrigações Registradas		
Planos Previdenciários	709.071	703.923
Plano Misto/Transitório (a)	709.071	703.923
Outros Benefícios a Empregados	452.207	499.196
Plano Celos Saúde (b)	302.286	316.689
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	118.848	151.060
Outros Benefícios (d)	31.073	31.472
Total	1.161.278	1.203.144
Circulante	174.654	170.853
Não Circulante	986.624	1.032.291

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.



Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativos aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de junho de 2015 a Celesc D havia quitado o débito com 264 beneficiários.

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Consolidado						
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2013	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	4.037	-	(24.759)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	154.168	73.846	23.089	601	20.290	925	3.196
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	(10.929)	(85.288)	(346)	(4.098)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	86.313	11.519	148.526	(475)	(7.691)	399	1.927
Em 31 de dezembro de 2014	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado						
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2013	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	-	-	(346)	-
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	31.119	32.495	38.268	-	-	-	-
Juros sobre Ativo	129.622	35.484	4.281	-	-	864	-
Ganho/Perda sobre os Ativos	23.445	(27.819)	(15.513)	-	-	(277)	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.262.568	301.723	38.102	-	-	7.971	-

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Consolidado						
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2013	238.083	360.304	196.867	10.803	223.750	641	29.041
Valor presente da obrigações atuariais com cobertura	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.091
Benefícios Concedidos	1.299.074	707.232	336.989	-	151.061	1.452	28.034
Benefícios a Conceder	261.909	-	17.800	-	-	7.897	2.057
Valor justo dos ativos	(1.262.568)	(301.723)	(38.102)	-	-	(7.971)	-
Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014	298.415	405.509	316.687	-	151.061	1.378	30.091



d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Plano Transitório	21.290	16.786
Plano Misto	17.731	11.546
Plano Pecúlio	1.600	1.629
PDVI 2002	-	301
PDVI 2012	6.469	10.145
Plano Médico	5.805	(2.976)
	52.895	37.431

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2014
Taxa de Desconto	10,93%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	10,93%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	10,77%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	98,00%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	98,00%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2014
Mortalidade Geral	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média agravada em 25%

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2015

A estimativa da despesa para o exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2015
Plano Transitório	42.580
Plano Misto	35.463
Plano Pecúlio	132
PDV 2012	12.939
Plano Médico	11.609
Outros Benefícios	3.067
	105.790



h) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Outros Benefícios	Consolidado
					Total
Em 31 dezembro de 2014	703.923	316.689	151.060	31.472	1.203.144
Pagamento	(33.873)	(20.208)	(38.681)	(1.999)	(94.761)
Provisão	39.021	5.805	6.469	1.600	52.895
Em 30 junho de 2015	709.071	302.286	118.848	31.073	1.161.278

26. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de abril de 2015, na Assembleia Geral e Ordinária, os acionistas ratificaram a decisão do Conselho de Administração que aprovou o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado no estatuto social, com capitalização de parte da reserva de lucros sem emissão de novas ações.

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Investimento em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Geração L Par Fundo de Investimento	257.600	1,65	2.400.000	10,42%	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Outros	993.152	6,40	12.928.682	56,10	13.921.834	36,09
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(25.760) em 30 de junho de 2015 e R\$(20.485) em 31 de dezembro de 2014, no Patrimônio Líquido:



	Consolidado	
	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
<i>Deemed Cost – Celesc G</i>	67.700	72.975
<i>Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)</i>	(93.460)	(93.460)
	(25.760)	(20.485)

c) Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de junho de 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período apresentado.

Em 30 de junho de 2015, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2014 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

d) Composição do Lucro Básico

	Consolidado	
	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Média ponderada de ações (milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas - PN	23.044	23.044
Lucro (prejuízo) básico por ação atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	2,1113	(0,2004)
Ações Preferenciais Nominativas - PN	2,3224	(0,2205)
Lucro (prejuízo) básico atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	32.782	(3.111)
Ações Preferenciais Nominativas - PN	53.520	(5.081)
	86.301	(8.192)

27. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

				Consolidado
Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2015	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2014 à 15.05.2016	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768

(i) Informações não revisadas



28. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, são as seguintes:

30 de junho de 2015					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	3.389.620	74.436	(1.104)	3.462.952
Custo das Vendas	-	(3.195.126)	(31.826)	1.104	(3.225.848)
Resultado Operacional Bruto	-	194.494	42.610	-	237.104
Despesas com Vendas	-	(87.321)	(375)	-	(87.696)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.743)	(160.357)	(4.462)	-	(181.562)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.453	26.538	(1.152)	-	26.839
Resultado de Equivalência Patrimonial	100.633	-	(388)	(87.886)	12.359
Resultado das Atividades	85.343	(26.646)	36.233	(87.886)	7.044
Receitas Financeiras	1.968	204.191	8.560	(3.588)	211.131
Despesas Financeiras	(1.010)	(112.216)	(470)	3.588	(110.108)
Resultado Financeiro, Líquido	958	91.975	8.090	-	101.023
Lucro antes IRPJ e CSLL	86.301	65.329	44.323	(87.886)	108.067
IRPJ e CSLL	-	(8.335)	(13.431)	-	(21.766)
Lucro do Período	86.301	56.994	30.892	(87.886)	86.301
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.488.939	6.220.636	417.692		
Total dos Passivos	83.432	4.530.500	40.292		



30 de junho de 2014

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	2.566.893	98.999	(881)	2.665.011
Custo das Vendas	-	(2.383.108)	(16.792)	881	(2.399.019)
Resultado Operacional Bruto	-	183.785	82.207	-	265.992
Despesas com Vendas	-	(74.318)	(320)	-	(74.638)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.333)	(138.052)	(3.059)	-	(154.444)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	18	(44.729)	(1.024)	-	(45.735)
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.952	-	(2.206)	13.915	15.661
Resultado das Atividades	(9.363)	(73.314)	75.598	13.915	(6.836)
Receitas Financeiras	2.219	117.714	6.291	-	126.224
Despesas Financeiras	(1.048)	(83.231)	(496)	-	(84.775)
Resultado Financeiro Líquido	1.171	34.483	5.795	-	41.449
Lucro antes IRPJ e CSLL	(8.192)	(38.831)	81.393	13.915	48.285
IRPJ e CSLL	-	(30.137)	(26.340)	-	(56.477)
Lucro do Período	(8.192)	(68.968)	55.053	13.915	(8.192)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.135.250	5.086.077	381.274		
Total dos Passivos	12.350	3.617.352	50.582		

28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.604.906	2.880.070
Suprimento de Energia Elétrica (a)	139.517	148.910
Disponibilização da Rede Elétrica	213.206	109.057
Arrendamento e Aluguéis	-	7.942
Renda de Prestação de Serviços	798	794
Energia Elétrica de Curto Prazo	219.110	255.373
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	54.940	-
Outras Receitas Operacionais	4.303	4.474
Doações e Subvenções (i)	241.949	198.366
Receita de Construção	182.352	132.823
	5.661.081	3.737.809
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.038.248)	(679.682)
PIS	(96.714)	(57.621)
COFINS	(445.472)	(265.412)
ISS	-	(1)
Reserva Global de Reversão – RGR	(440)	(1.517)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(546.911)	(45.091)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(14.555)	(11.737)
Programa Eficiência Energética – PEE	(14.376)	(11.737)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(4.174)	-
Outros Encargos	(37.239)	-
	(2.198.129)	(1.072.798)
Receita Operacional Líquida – ROL	3.462.952	2.665.011



(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE no segundo trimestre de 2015 foi de R\$231.221. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$10.728.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2015	30 de junho 2014	30 de junho 2015	30 de junho 2014	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Residencial	2.120.473	2.042.992	2.799.125	2.813.403	1.565.602	1.033.456
Industrial	101.583	98.514	2.323.920	2.379.614	1.351.321	805.709
Comercial	245.478	236.038	1.931.832	1.948.399	1.137.271	707.847
Rural	233.874	232.015	681.532	691.345	245.282	151.107
Poder Público	21.644	21.134	213.920	217.039	121.172	73.562
Iluminação Pública	591	562	289.560	283.780	104.967	61.218
Serviço Público	2.845	2.623	164.534	162.121	79.291	47.171
Total do Fornecimento	2.726.488	2.633.878	8.404.423	8.495.701	4.604.906	2.880.070
Suprimento de Energia	49	82	1.442.427	882.538	139.517	148.910
Total	2.726.537	2.633.960	9.846.850	9.378.239	4.744.423	3.028.980

(i) Informações não revisadas

28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de junho de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.733.331	-	-	-	2.733.331
Pessoal (b)	157.248	63.184	26.001	5.117	251.550
Administradores	-	3.969	-	-	3.969
Despesa Atuarial	-	52.895	-	-	52.895
Entidade de Previdência Privada (b)	8.269	3.282	1.223	-	12.774
Material	6.431	2.423	1	-	8.855
Custo de Construção	182.352	-	-	-	182.352
Custos e Serviços de Terceiros	35.623	29.436	28.736	210	94.005
Depreciação e Amortização	101.183	16.000	-	-	117.183
Provisões Líquidas	(7.347)	-	(39.998)	(9.922)	(57.267)
Arrendamentos e Aluguéis	726	-	-	13.032	13.758
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	609	609
Outros Custos e Despesas	8.032	10.373	71.733	(35.885)	54.253
	3.225.848	181.562	87.696	(26.839)	3.468.267



30 de junho de 2014

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.001.031	-	-	-	2.001.031
Pessoal (b)	134.727	51.707	17.649	6.927	211.010
Administradores	-	2.993	-	-	2.993
Despesa Atuarial	-	37.431	-	-	37.431
Entidade de Previdência Privada (b)	7.290	2.200	907	-	10.397
Material	7.907	2.600	-	-	10.507
Custo de Construção	132.823	-	-	-	132.823
Custos e Serviços de Terceiros	32.184	32.840	40.255	223	105.502
Depreciação e Amortização	91.064	17.052	-	-	108.116
Provisões Líquidas	(14.086)	-	98	20.815	6.827
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.921	2.921
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	468	468
Outros Custos e Despesas	6.079	7.621	15.729	14.381	43.810
	2.399.019	154.444	74.638	45.735	2.673.836

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda



Descrição	30 de junho 2015	GWh (i)	Consolidado	
			30 de junho 2014	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	7.460	33	-	-
Aliança Geração de Energia S.A	16.604	143	-	-
Arembepe Energia S.A	-	-	248.160	2.077
Borborema Energética S.A.	-	-	-	-
Brentech Energia S.A.	15.884	25	206.313	1.385
BTG Pactual Comercializadora	44.624	125	-	-
Candeias Energia S.A.	5.739	16	-	-
Capitale Energia Comercializadora	5.586	16	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	75.231	374	92.699	668
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	458.645	2.004	62.807	121
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	6.378	54	-	-
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	7.770	19	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	149.469	137	32.404	325
Centrais Elétricas Norte do Brasil	7.242	52	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	13.244	193	64.431	139
Companhia Energética de Petrolina – CEP	72.834	99	23.839	122
Companhia Energética de São Paulo – CESP	62.803	433	16.226	100
Companhia Energética Estreito	17.213	102	58.613	103
Companhia Energética Potiguar	73.230	66	17.061	101
Copel Geração e Transmissão S.A.	63.946	470	81.027	500
Eletrobras Termonuclear S.A.	55.612	359	61.808	480
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	-	-	107.019	802
Energética Suape II S.A.	30.167	101	16.158	25
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	8.138	68	61.441	473
Foz do Chapecó Energia S.A.	18.134	103	58.592	363
Furnas Centrais Elétricas S.A.	110.535	813	53.766	121
Geradora de Energia do Norte S.A.	5.345	18	-	-
Lages Bioenergética Ltda.	21.938	96	35.274	19
Linhares Geração S.A.	5.426	16	-	-
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	290.913	903	-	-
Pie - RP Termoeletrica S.A.	13.508	38	-	-
Porto do Pecem Geração de Energia	42.274	234	21.326	97
Santo Antônio Energia S.A	62.280	539	16.956	69
Serra do Facão Energia S.A.	8.472	48	-	-
Termelétrica Petrobras S.A.	-	-	31.200	238
Tractebel Energia S.A.	219.363	1.418	14.484	195
Tradner Ltda	14.465	41	-	-
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	19.934	16	-	-
Usina Xavantes S.A - Aruanã	41.446	18	(225.993)	-
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	20.531	120	47.434	101
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-	139.389	-
Conta Bandeira Tarifária	(6.569)	-	-	-
Outros	94.962	817	32.691	68
	2.180.776	10.127	1.375.125	8.692
Energia Elétrica Comprada para Revenda - CP	259.569	-	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	420.179	790
Encargo de Uso da Rede Elétrica	232.530	-	143.973	-
Proinfa	60.456	208	61.754	192
	552.555	208	625.906	982
	2.733.331	10.335	2.001.031	9.674

(i) Informações não revisadas



b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2015	30 de junho 2014	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Pessoal				
Remunerações	10.262	8.466	136.274	118.487
Encargos Sociais	131	41	50.771	42.927
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	11.083	6.342
Benefícios Assistenciais	-	-	17.007	13.398
Provisões e Indenizações	28	33	36.263	29.746
Outros	110	98	152	110
Entidade de Previdência Privada	-	-	12.774	10.397
	10.531	8.638	264.324	221.407

28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2015	30 de junho 2014	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	1.020	1.735	19.613	20.279
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	35.142	26.126
Variações Monetárias	-	-	12.411	3.900
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	34.114	-
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	8.700	7.350
Deságio Fornecedor	-	-	45	-
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	7.265	5.447
Renda de Dividendos	982	5	982	5
Juros sobre Capital Próprio	1.212	-	1.212	-
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	(1.212)	-	(1.212)	-
Receita Financeira de VNR	-	-	90.854	57.968
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(112)	-	(138)	-
Outras Receitas Financeiras	78	479	2.143	5.149
	1.968	2.219	211.131	126.224
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(43.419)	(14.765)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(28.087)	(2.374)
Variações Monetárias	-	-	(1.353)	(3.540)
Amortização do Ágio	(986)	(986)	(986)	(986)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(12.417)	(10.380)
Despesa Financeira de VNR	-	-	(198)	(26.082)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(19.706)	(15.639)
Outras Despesas Financeiras	(24)	(63)	(3.942)	(11.010)
	(1.010)	(1.049)	(110.108)	(84.776)
Resultado Financeiro	958	1.170	101.023	41.448



29. Informações Complementares da Celesc D

29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante	5.781.345	5.007.858
Caixa e Equivalentes de Caixa	346.459	287.715
Contas a Receber de Clientes	1.320.123	1.005.378
Estoques	7.647	8.638
Tributos a Recuperar	136.331	49.473
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	372.848	240.635
Ativo Indenizável – Concessão	3.087.772	2.890.451
Ativo Financeiro - Parcela A	402.750	450.566
Outros Créditos	107.415	75.002
Não Circulante	439.291	369.293
Contas a Receber de Clientes	18.031	6.398
Tributos Diferidos	252.846	130.068
Tributos a Recuperar	24.388	18.595
Depósitos Judiciais	137.897	127.956
Outros Créditos	2.482	2.003
Intangível	3.647	84.273
Total do Ativo	6.220.636	5.377.151
Passivo	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante	2.217.550	1.689.738
Fornecedores	682.189	687.537
Empréstimos e Financiamentos	175.860	322.586
Debêntures	4.799	4.120
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	122.092	119.727
Tributos e Contribuições Sociais	318.653	131.987
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio	54.665	91.109
Taxas Regulamentares	635.125	110.852
Previdência Privada	10.138	15.106
Passivo Atuarial	174.633	170.828
Outros Passivos	39.216	35.886
Não Circulante	2.312.950	2.036.049
Empréstimos e Financiamentos	418.478	233.879
Debêntures	298.950	298.768
Taxas Regulamentares	215.407	182.537
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	113.588	-
Passivo Atuarial	986.624	1.032.291
Provisão para Contingências	277.427	286.099
Outros Passivos	2.476	2.475
Patrimônio Líquido	1.690.136	1.651.364
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	673.012	691.234
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(93.460)	(93.460)
Lucros / Prejuízos acumulados	56.994	-
	6.220.636	5.377.151



(i) A ANEEL por meio do Despacho nº 610 de 6 de março de 2015, anuiu a minuta do Contrato de Mútuo entre a Celesc D e a Celesc G, com prazo de vigência de até 24 meses no montante de R\$110.000. Em reunião ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração aprovou o Contrato de Mútuo e o repasse de recursos da Celesc G à Celesc D. O contrato entre as partes foi assinado em 24 de março de 2015, no valor de R\$110.000, com vigência de 2 anos a partir da data de assinatura. Os encargos financeiros a serem acrescidos serão o IOF e a variação da Selic.

29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Receita Operacional Líquida – ROL	3.389.620	2.566.893
Receita de Serviço de Energia Elétrica	3.152.328	2.434.070
Parcela A - CVA	54.940	-
Receita de Construção	182.352	132.823
Custos Operacionais	(3.195.126)	(2.383.108)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(3.012.774)	(2.250.285)
Custo de Construção	(182.352)	(132.823)
Resultado Operacional Bruto	194.494	183.785
Despesas Operacionais	(221.140)	(257.099)
Despesas com Vendas	(87.321)	(74.318)
Despesas Gerais e Administrativas	(160.357)	(138.052)
Outras Despesas Operacionais	26.538	(44.729)
Resultado das Atividades	(26.646)	(73.314)
Resultado Financeiro	91.975	34.483
Receitas Financeiras	204.191	117.714
Despesas Financeiras	(112.216)	(83.231)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	65.329	(38.831)
IRPJ e CSLL	(8.335)	(30.137)
Corrente	(131.112)	-
Diferido	122.777	(30.137)
Lucro do Período	56.994	(68.968)

29.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.570.189	2.857.608
Suprimento de Energia Elétrica (a)	93.487	64.639
Ativos e Passivos Financeiros	54.940	-
Disponibilização da Rede Elétrica	214.310	109.938
Energia de Curto Prazo	219.110	255.373
Outras Receitas Operacionais	5.101	13.210
Doações e Subvenções	241.949	198.366
Receita de Construção	182.352	132.823
	5.581.438	3.631.957
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	1.038.248	(679.682)
PIS	95.776	(56.513)
COFINS	441.149	(260.303)
ISS	-	(1)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	546.911	(45.091)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	14.376	(11.737)
Programa Eficiência Energética – PEE	14.376	(11.737)
Taxa Fiscalização - ANEEL	3.743	-
Outros Encargos	37.239	-
	(2.191.818)	(1.065.064)
Receita Operacional Líquida – ROL	3.389.620	2.566.893

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Residencial	2.120.473	2.042.992	2.799.125	2.813.403	1.565.602	1.033.456
Industrial	101.564	98.505	2.182.173	2.273.336	1.316.604	789.986
Comercial	245.478	236.037	1.931.832	1.903.016	1.137.271	701.108
Rural	233.874	232.015	681.532	691.345	245.282	151.107
Poder Público	21.644	21.134	213.920	217.039	121.172	73.562
Iluminação Pública	591	562	289.560	283.780	104.967	61.218
Serviço Público	2.845	2.623	164.534	162.121	79.291	47.171
Total do Fornecimento	2.726.469	2.633.868	8.262.676	8.344.040	4.570.189	2.857.608
Suprimento de Energia	51	46	774.328	718.570	93.487	64.639
Total Geral	2.726.520	2.633.914	9.037.004	9.062.610	4.663.676	2.922.247

(i) Informações não revisadas

**29.2.2. Custos e Despesas Operacionais****30 de junho de 2015**

Descrição	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas / Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	2.729.835	-	-	-	2.729.835
Pessoal	154.434	49.800	25.865	5.117	235.216
Administradores	-	-	-	-	-
Despesa Atuarial	-	52.895	-	-	52.895
Entidade de Previdência Privada	8.269	3.282	1.223	-	12.774
Material	6.283	2.208	1	-	8.492
Custo de Construção	182.352	-	-	-	182.352
Custo e Serviços de Terceiros	33.484	27.091	28.526	210	89.311
Depreciação e Amortização	70.463	15.636	-	-	86.099
Provisões Líquidas	-	-	(39.998)	(8.672)	(48.670)
Outros Custos e Despesas	10.006	9.445	71.704	(23.193)	67.962
	3.195.126	160.357	87.321	(26.538)	3.416.266

30 de junho de 2014

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.000.864	-	-	-	2.000.864
Pessoal	131.498	40.869	17.549	6.927	196.843
Despesa Atuarial	-	37.431	-	-	37.431
Entidade Previdência Privada	7.290	2.200	907	-	10.397
Material	7.824	2.591	-	-	10.415
Custo de Construção	132.823	-	-	-	132.823
Custos e Serviços de Terceiros	31.205	31.135	40.065	223	102.628
Depreciação e Amortização	65.526	16.694	-	-	82.220
Provisões Líquidas	-	-	98	20.631	20.729
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.643	2.643
Outros Custos e Despesas	6.078	7.132	15.699	14.305	43.214
	2.551.766	138.052	74.318	44.729	2.640.207



30. Informações Complementares da Celesc G

30.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Circulante	48.267	157.067
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.160	145.158
Contas a Receber de Clientes	22.205	11.479
Estoques	158	72
Tributos a Recuperar	4.621	301
Outras contas a receber	123	57
	369.425	279.721
Não Circulante		
Tributos a Recuperar	202	137
Depósitos Judiciais	89	89
Partes Relacionadas	114.076	-
Investimentos	35.162	37.397
Imobilizado	211.175	232.294
Intangível	8.721	9.804
Total do Ativo	417.692	436.788

Passivo	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
Circulante	21.868	64.946
Fornecedores	2.144	1.680
Tributos e Contribuições Sociais	16.201	35.875
Taxas Regulamentares	2.347	2.356
Outros Passivos	1.176	905
Dividendos Propostos	-	24.130
Não Circulante	18.424	20.508
Tributos Diferidos	14.236	15.412
Provisão para Contingências	2.528	2.528
Taxas Regulamentares	1.660	2.568
Patrimônio Líquido	377.400	351.334
Capital Social Realizado	145.532	128.000
Reservas de Lucro	128.001	150.359
Ajuste de Avaliação Patrimonial	67.700	72.975
Lucros Acumulados	36.167	-
Total do Passivo	417.692	436.788



30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Receita Operacional Líquida – ROL		
Receita	74.436	98.999
Custos Operacionais		
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(31.826)	(16.792)
Resultado Operacional Bruto	42.610	82.207
Despesas Operacionais	(6.377)	(6.609)
Despesas com Vendas	(375)	(320)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.462)	(3.059)
Provisões, Líquidas	(203)	-
Outras Despesas Operacionais	(949)	(1.024)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(388)	(2.206)
Resultado das Atividades	36.233	75.598
Resultado Financeiro	8.090	5.795
Receitas Financeiras	8.560	6.291
Despesas Financeiras	(470)	(496)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	44.323	81.393
IRPJ e CSLL	(13.431)	(26.340)
Corrente	(14.607)	(30.846)
Diferido	1.176	4.506
Lucro do Período	30.892	55.053

30.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	34.717	15.723
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	-	6.739
Suprimento de Energia Elétrica (a)	12.770	15.376
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	33.260	68.895
	80.747	106.733
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(938)	(1.108)
COFINS	(4.323)	(5.109)
Reserva Global de Reversão – RGR	(440)	(1.517)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(431)	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(179)	-
	(6.311)	(7.734)
Receita Operacional Líquida – ROL	74.436	98.999



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de
	junho	junho	junho	junho	junho	junho
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	19	9	141.747	106.278	34.717	15.723
Comercial, Serviços e Outros	-	1	-	45.383	-	6.739
Suprimento de Energia	5	36	32.613	54.141	12.770	15.376
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	86.778	109.827	33.260	68.895
Total	24	46	261.138	315.629	80.747	106.733

(i) Informações não revisadas.

30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.496	-	-	-	3.496
Pessoal	2.814	2.853	136	-	5.803
Material	148	215	-	-	363
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.104	-	-	-	1.104
Custos e Serviços de Terceiros	2.139	752	210	-	3.101
Depreciação e Amortização	30.720	362	-	-	31.082
Seguros	-	69	-	-	69
Provisões Líquidas	(7.347)	-	-	203	(7.144)
Tributos	(1.248)	71	29	-	(1.148)
Aluguéis	-	109	-	-	109
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	609	609
Outros Custos e Despesas	-	31	-	340	371
	31.826	4.462	375	1.152	37.815

Descrição	30 de junho 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.048	-	-	-	1.048
Pessoal	3.229	2.200	100	-	5.529
Material	83	9	-	-	92
Custos e Serviços de Terceiros	979	406	190	-	1.575
Depreciação e Amortização	25.538	356	-	-	25.894
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	468	468
Provisões Líquidas	(14.086)	-	-	184	(13.902)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	278	278
Outros Custos e Despesas	1	88	30	94	213
	16.792	3.059	320	1.024	21.195

31. Evento Subsequente

31.1 Reajuste Tarifário da Celesc D

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.927, de 04 de agosto de 2015, homologou as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs dos consumidores atendidos pela área de concessão da Celesc D.

O efeito médio percebido pelos consumidores do Grupo A e B é de 3,61% é composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 4,82% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 3,04% e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -4,25%.

Na composição do IRT para o período 2015-2016 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de 3,84% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro.

A Parcela B (custos gerenciáveis) representou variação de 0,98%, e foi definida no valor de R\$ 1.377.704.791,95. A Parcela B foi reajustada em 5,54%, índice resultante da variação do IGP-M do período (6,87%) menos o Fator X (1,33%), que objetiva capturar os ganhos de produtividade da concessionária.

O valor das tarifas a ser praticado pela Celesc D a partir de 07 de agosto de 2015 a 06 de agosto de 2016, pode ser observado na tabela a seguir:

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT – Alta Tensão (> 230 kV)	3,59%
BT – Baixa Tensão (< 230 kV)	3,63%
Efeito Tarifário Médio AT + BT	3,61%

Fonte: ANEEL

31.2 Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G, entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física – GSF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da GSF;

ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da GSF ;

iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores registrados foram de 80,6% em janeiro, 78,6% em fevereiro, 78,3% em março e 82,5% em abril. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes.

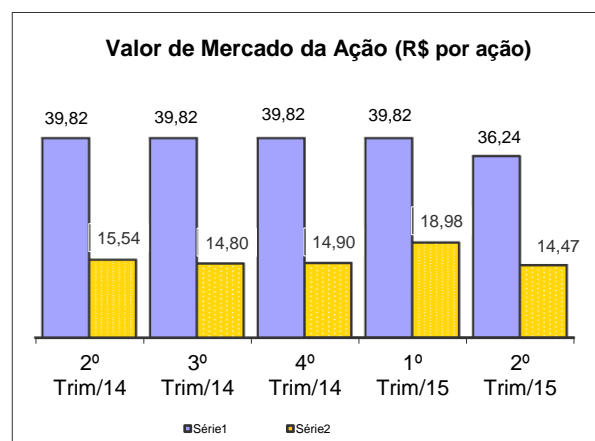
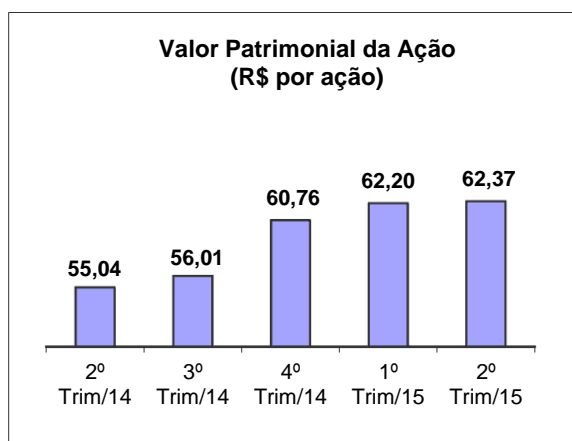
A decisão judicial também suspendeu a contabilização e cobrança da parcela a vencer (liquidação) no dia 05 de julho de 2015, e demais, através do Mecanismo Auxiliar de Cálculo, tudo até ulterior decisão deste juízo, sob pena de multa diária no montante de R\$50.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

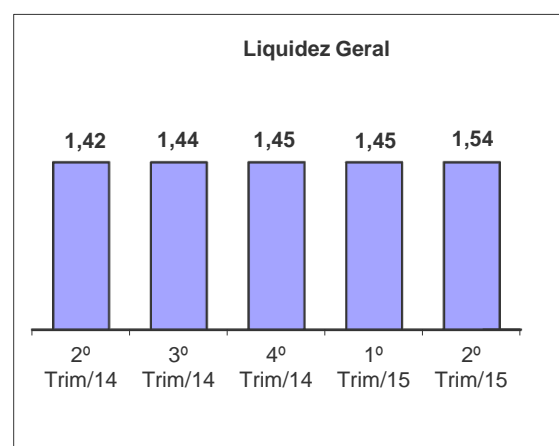
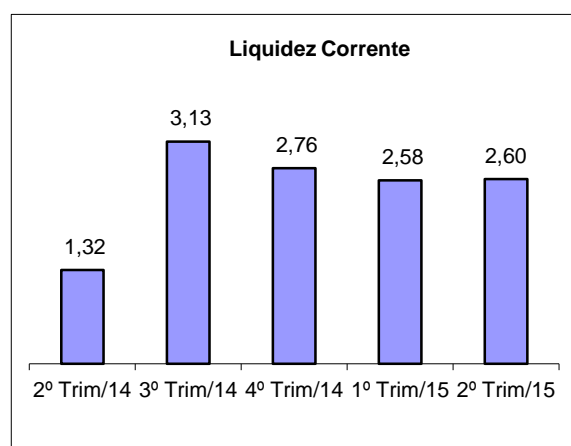


1. Indicadores Financeiros

1.1. Patrimoniais



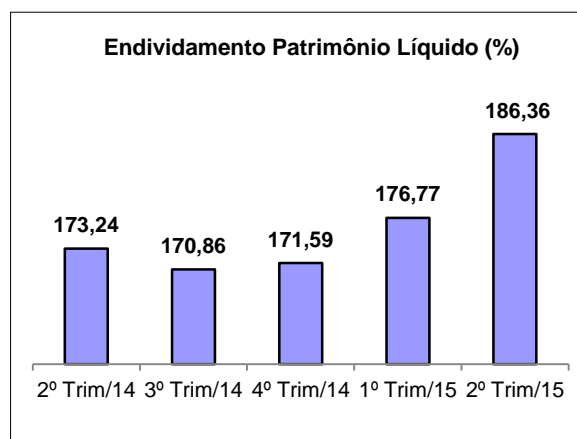
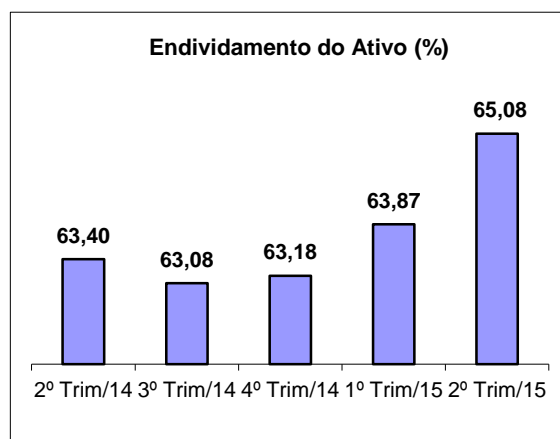
1.2. Liquidez



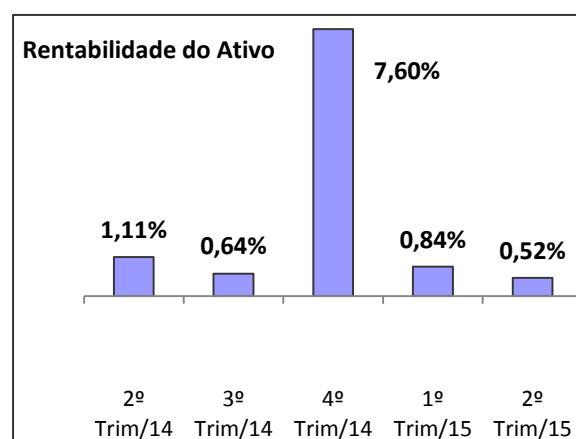
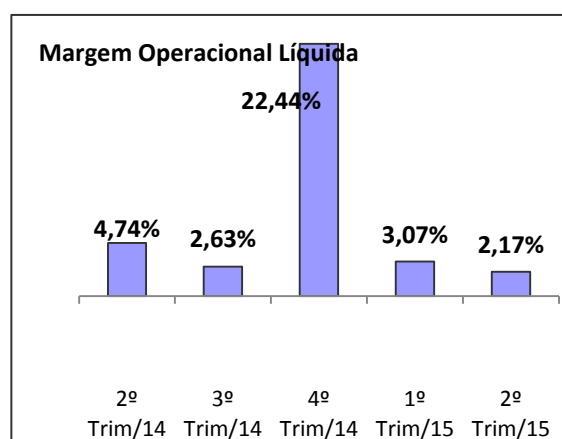
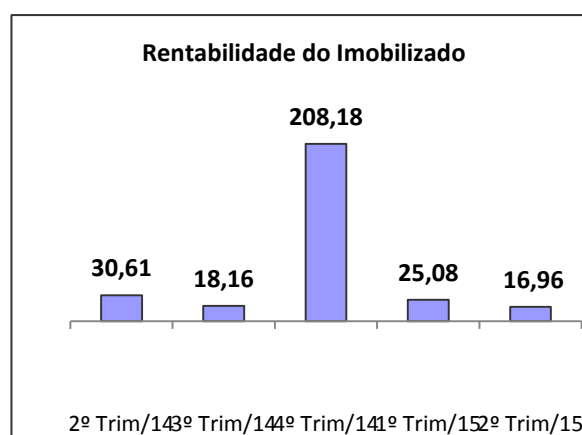
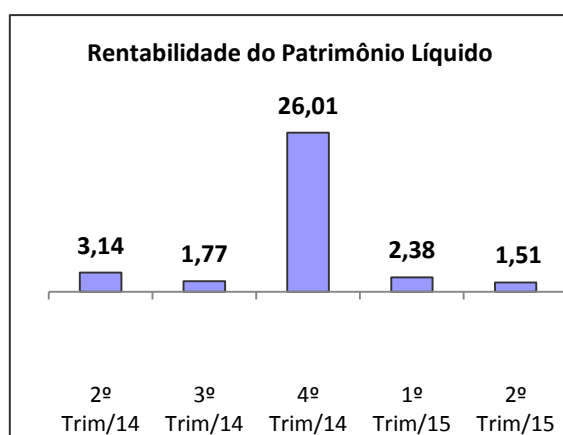
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1.3. Endividamento



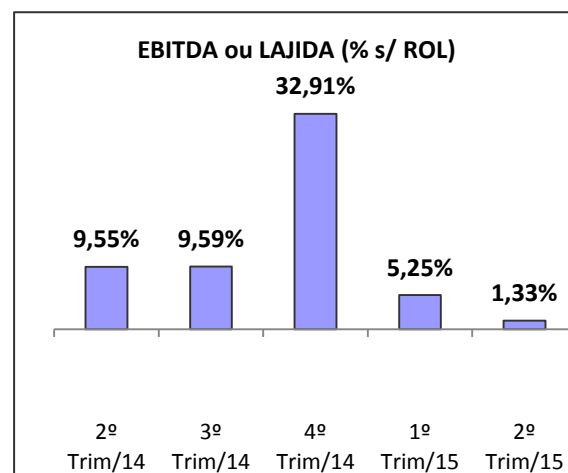
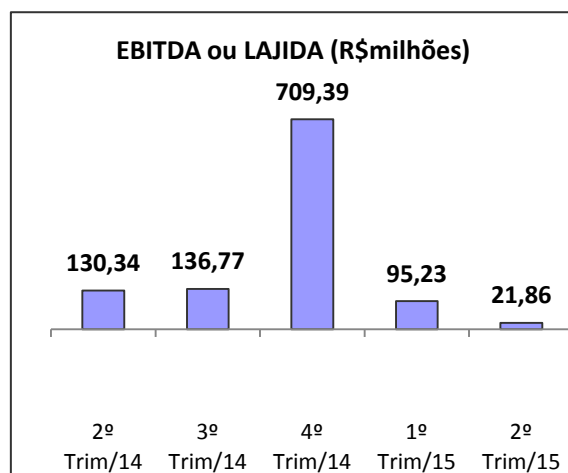
1.4. Rentabilidade



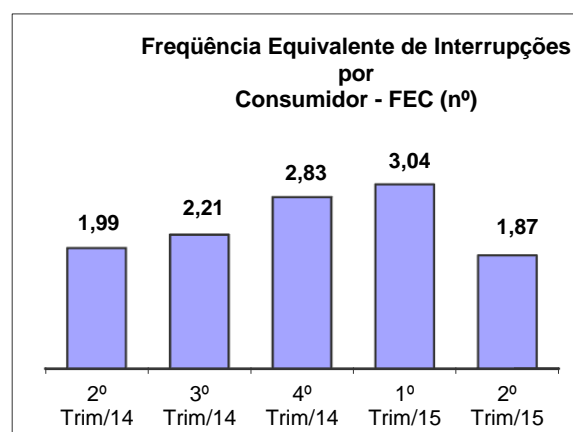
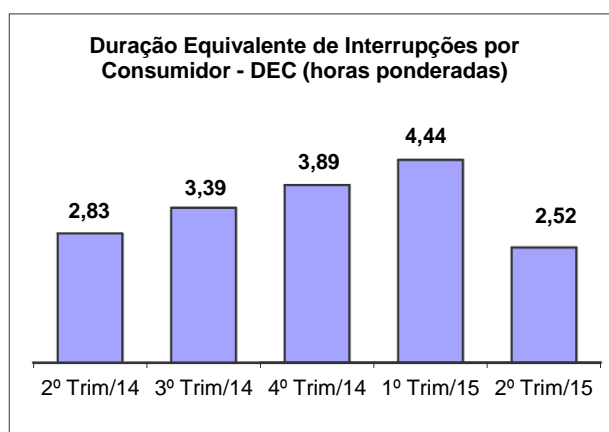
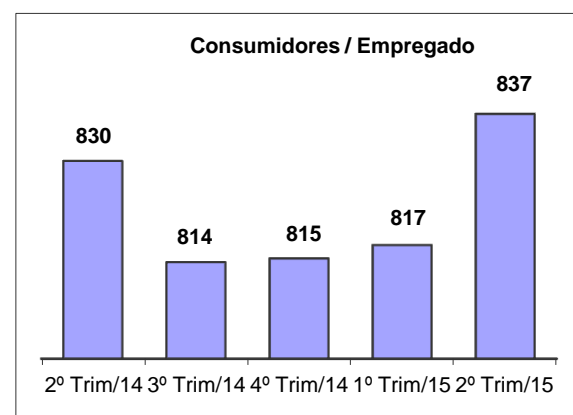
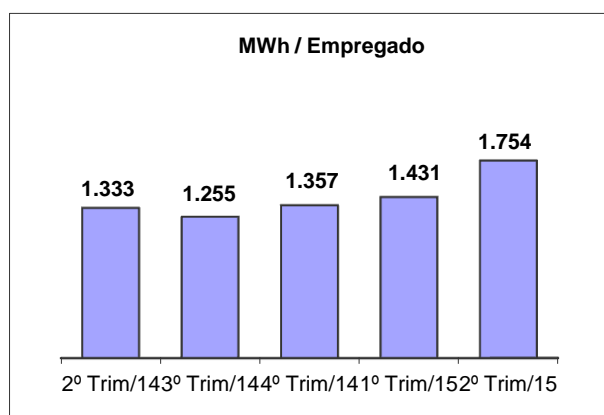
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



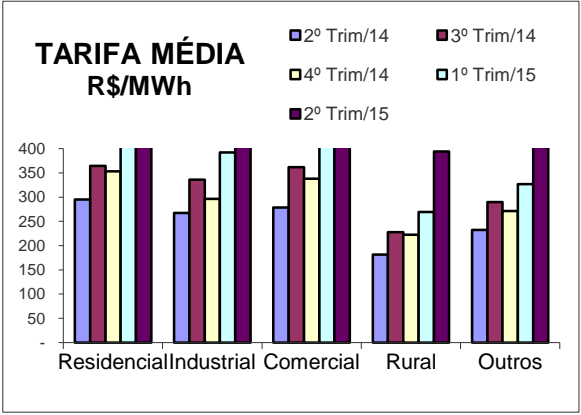
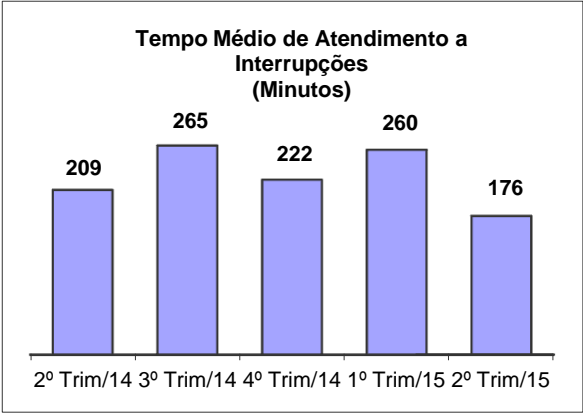
1.5. EBITDA ou LAJIDA



1.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade normal das operações da Companhia

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras, que indica que a Companhia detinha a concessão para exploração de suas atividades de distribuição por 16 anos, até 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão, e posteriormente em 15 de outubro de 2012 ratificou o pedido. Em janeiro de 2014, por meio do ofício circular nº 1/2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") informou à Companhia que está analisando o pedido de prorrogação, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 13 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Fernando de Souza Leite

Auditores Independentes Contador

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC CRC n.º 1 PR-050.422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

e Controle Interno

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor de Assuntos

Diretor Comercial

Regulatórios e Jurídicos

Enio Andrade Branco

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Geração, Transmissão e

Diretor de Distribuição

Novos Negócios

Nelson Marcelo Santiago

Rubens José Della Volpe

Diretor de Gestão Corporativa

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2015.